



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

COMUNICAÇÃO ORAL

“EU APRENDO SOBRE ASSUNTOS ANTIGOS”: O QUE APRENDEM OS ESTUDANTES POTIGUARA NAS AULAS DE HISTÓRIA?

Vânia Cristina da Silva
Doutoranda em História pela UFG
vania_cristina@hotmail.com

Cláudia Cristina do Lago Borges
Professora Doutora do Dep. de História da UFPB
claudialago.rn@gmail.com

INTRODUÇÃO

O papel do indígena na história do Brasil muitos já conhecem, ou pelo menos acreditam conhecer. Mas poucos se pergunta qual a percepção do indígena sobre seu papel na construção histórica e social desta terra em que vivemos. Em geral, na construção histórica de uma nação, vale-se mais a versão dos conquistadores do que dos conquistados.

Versando por essa linha discursiva, partimos para a seguinte reflexão: o que pensam os estudantes indígenas sobre seu papel na história do Brasil? Para sabermos, a melhor forma é buscar ouvi-los e fornecer espaços de diálogos para que sejam ouvidos. Deste modo, este artigo apresentará os primeiros resultados do projeto *O Ensino de História no contexto da Educação Escolar Indígena Potiguara da Paraíba-PB*, produto





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

de uma tese de doutorado em andamento e de pesquisas realizadas pelo Grupo Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba/UFPB¹¹.

Com ações direcionadas nas escolas indígenas potiguara, da Baía da Traição/PB, o presente artigo tem como objetivo identificar como tem se efetivado a relação dos estudantes Potiguara com o Ensino de História e como eles narram e representam aquela que eles aprenderam e conhecem como sendo a história da sua comunidade. Para isso, foram convidados quatro estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Médio da Escola Akajutibiró, para que pudessem responder ao instrumento de pesquisa. A seleção dos referidos alunos partiu do interesse deles próprios que, ao serem informados da atividade e consultados sobre a disponibilidade em responderem aos questionários, se prontificaram a participarem.

O texto que apresentaremos trata-se de uma das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo Abaiara de Estudos Indígenas da Paraíba, que desde 2018 vem trabalhando com o ensino de História sobre os povos indígenas. Parte desse trabalho resulta em uma apreciação das perspectivas e percepções dos próprios alunos indígenas potiguara sobre a sua história e o papel de seu povo na construção da história do Brasil.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: breve panorama nacional e local

As experiências de escolarização indígena em terras brasileiras datam do início da colonização portuguesa. Nesse período, a presença de missionários ligados a ordens religiosas se tornou constante na colônia. Ao longo dos três primeiros séculos em que o Brasil esteve sob o processo colonizador, diversas ordens religiosas vieram a estas terras com a mesma finalidade: converter os indígenas em fiéis da Igreja, a fim de que expandissem a fé cristã.

¹¹ Pesquisa de doutorado que se encontra em andamento está ligada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás e ao Grupo de Pesquisa Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba - UFPB, coordenado pela professora Doutora Cláudia Cristina do Lago Borges.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O certo é que, desde a chegada do colonizador em terras brasileiras, os nativos passaram a manter contato com um modelo de educação totalmente diferenciado dos processos aos quais estavam habituados até aquele momento. A partir da atuação das ordens religiosas, aos indígenas foram ofertados serviços educacionais que visavam, para além de outros interesses, a integração desses povos à sociedade na qual estavam inseridos. A ação dos missionários católicos, conforme argumentam *Bergamaschi e Silva*, “[...] foi a iniciativa mais contundente para educar o nativo e, entre outras práticas que visavam a europeização e a cristianização da América, inaugurou a escola para os povos indígenas” (2007, p. 127).

No decorrer do século XIX, o poder público seguiu relegando a população indígena e autorizando, quando não financiando, novas tentativas de colonização desses povos. A legislação indígena, explica *Manuela Carneiro da Cunha* (2012), era pontual e subsidiária de uma política de terras. E apesar do Projeto Constitucional de 1823 aventar para a criação de estabelecimentos destinados à catequese dos índios, a Constituição de 1824 se omitiu nesse sentido e sequer fez referência à existência desses povos.

Mantendo o projeto, a Constituição de 1891 silenciou completamente as questões referentes aos direitos indígenas, e mesmo o Brasil se tornando uma República, a situação não sofreu alterações significativas.

A instauração da República não alterou a situação da Educação Escolar Indígena no Brasil. No ano de 1910, pelo Decreto nº 8.072, criou-se o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPI, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Com a criação do órgão, as questões relacionadas aos povos indígenas, inclusive aquelas concernentes à educação, passaram a ser responsabilidade do Estado, não mais da Igreja. Mas isso não significa dizer que essa instituição tenha se afastado por completo das atividades educacionais com as quais estavam habituadas. Afinal, *ainda que o Estado se fizesse presente e se pretendesse laico*, “[...] muitas ordens religiosas se mantiveram atuando entre os povos indígenas no século XX, algumas de comum acordo, até mesmo selando convênios com o governo republicano” (*BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, p. 58*). Isso por meio do “[...] SPI e





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mais tarde da Fundação Nacional do Índio (Funai), possibilitando assim a continuidade da presença religiosa na educação escolar dos povos indígenas, embora com outros parâmetros de atuação” (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, p. 58). *Conforme apontam ainda as autoras citadas, “[...] em cada ‘reserva’ indígena, um posto do SPI, e em cada posto, uma escola”* (2010, p. 58).

As leis, a criação de órgãos que tinham como responsabilidade a proteção dos povos indígenas, nada disso foi capaz de garantir o cumprimento daquilo que constava no papel. A realidade era bem diferente, tanto que “O SPI extingue-se melancolicamente em 1966 em meio a acusações de corrupção” [...] (CUNHA, 1992, p. 17). Entretanto, o cenário poderia mudar, pois, além dos movimentos indígenas que ganhariam fôlego na década de 1970, entre eles a luta pela demarcação de territórios, assim como pelo reconhecimento, respeito e preservação da cultura e das diferenças étnicas, anos antes, já em 1967, nasceu a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que despontou sob a expectativa de que cumpriria com sua missão, a de defender e fomentar os direitos dos povos indígenas no Brasil.

No entanto, as perspectivas de mudanças resultaram em desapontamentos. É que, conforme argumenta Cunha (2012), mesmo com a FUNAI no lugar do SPI, a realidade vivida pelos indígenas, que deveria ser melhorada, permaneceu sem muitos avanços, uma vez que a fundação que deveria proteger/apoiar esses povos foi submetida, pelo governo militar vigente naquele período, ao comando do *Ministério do Interior*, cuja agenda era o desenvolvimento do país. Essa situação era demasiado contraditória, pois, “Os custos ambientais e sociais, para a população em geral e para os índios em particular, eram considerados secundários, quando não simplesmente ignorados” (CUNHA, 2012, p. 100). Desta feita, se compreende que, “[...] nessa época, políticos e militares pudessem abertamente declarar que os índios eram ‘empecilhos para o desenvolvimento’” (CUNHA, 2012, p. 100).

Com a publicação da Constituição Brasileira, em 1988, é que foi possível observar expressivos avanços no que se refere às questões indígenas. Reconhece-se, no Art. nº 231, a sua organização social própria, os seus costumes, “[...] línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam,





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). Reconhecidas essas prerrogativas, aos indígenas passou a ser assegurado o ensino em sua língua materna, com processos pedagógicos próprios e com respeito às especificidades presentes na cultura de cada etnia existente. É exatamente assim que explicita o Art. nº 210 - § 2º - da Carta Magna, quando garante que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988).

Apesar do exposto na Constituição, a Educação Escolar Indígena se mantinha sob monopólio da FUNAI, o que dificultava, na prática, a efetivação do que constava na lei. Somente em 1991, com o Decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, é que essa realidade se modificou, passando ao Ministério da Educação - MEC a responsabilidade pelos processos educacionais desses povos. Estabeleceu-se, a partir de então, uma base legal que passou a resguardar esta modalidade de ensino, com destaque para a LDB, que foi além do que previa a carta constitucional brasileira, assegurando, pela primeira vez na história, uma educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com projeto pedagógico, material didático, currículo e formação específica de professores.

O objetivo era propiciar aos estudantes indígenas e às suas comunidades a recuperação de suas memórias históricas. A partir de então, a Constituição Federal de 1988, a LDB, assim como uma ampla legislação que foi produzida e vem sendo renovada até os dias atuais, passaram a nortear e estabelecer os parâmetros para que os direitos assegurados se tornassem realidade dentro das escolas indígenas.

A questão da educação indígena propicia uma importante reflexão: qual terá sido o contexto dentro do qual a comunidade Potiguara passou a ter como pauta a reivindicação por escolas indígenas em suas aldeias? O que se sabe sobre esse assunto é que coube à Igreja Católica a responsabilidade por administrá-la. Não diferente da realidade das demais aldeias espalhadas pelo Brasil, desde a colonização até os anos 1970, essas questões se relacionavam diretamente com os interesses das igrejas, isso porque, não apenas a instituição Católica se manteve frente à organização das escolas,





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mas os protestantes também passaram a olhar com interesse pelo domínio das questões educacionais em muitas aldeias da Paraíba (GRÜNEWALD, 2009, p. 22-23).

A partir dos anos 1990, o governo, por meio da Secretaria Estadual de Educação, passou a articular junto às comunidades, através do diálogo com professores e lideranças indígenas, encontros que tiveram como eixo debates focados na Educação Escolar Indígena. O objetivo foi o de promover reflexões acerca das demandas das escolas já implantadas no território.

Os anos 2000 foram marcados por uma série de acontecimentos que foram fortalecendo a Educação Escolar Indígena Potiguara. Em 2001, por exemplo, ocorreu um curso de capacitação para técnicos, promovido pelo Ministério da Educação, que teve como objetivo preparar corpo administrativo para exercerem suas funções nas escolas indígenas. Já em 2002 houve uma capacitação que teve como propósito a promoção de debates acerca dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. No ano seguinte, em 2003, foram realizadas duas oficinas que tiveram como finalidade possibilitar diálogos e reflexões acerca dos Fundamentos Legais da Educação Escolar Indígena, momento no qual foram levantados os desafios da educação Potiguara e a realidade de cada escola em suas respectivas aldeias (GRÜNEWALD et al., 2009).

O Resultado deste evento foi a elaboração e a publicação da *Resolução nº 207/03 do CEE/PB*, que fixou as normas para organização, estrutura e funcionamento dessas escolas. Dentre o que ficou estabelecido, pode-se citar a instituição da categoria de Escola Indígena, como unidade própria, autônoma e específica, configurada como bilíngue e intercultural, de modo a reafirmar “suas identidades étnicas, sua língua e seus conhecimentos, bem como assegurar às comunidades indígenas o acesso aos conhecimentos da sociedade nacional abrangente e das sociedades não-índias”. (PARAÍBA, 2003, p. 1).

Nesse contexto de debates, reflexões e também conquistas, foi de fundamental importância o envolvimento da *Organização dos Professores Indígenas Potiguara – OPIP*, criada em 2004, com o objetivo de intensificar os diálogos entre os docentes e





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

possibilitar o trabalho em coletividade, de forma a fortalecer o projeto de escola que sempre almejaram para a etnia.

O resultado de tantos anos de demanda por uma educação indígena de qualidade é que, em tempos mais recentes, as conquistas nesse sentido têm se tornado cada vez mais significativas, não obstante, seja preciso ponderar que muito ainda está por ser feito. Isso significa que os indígenas seguem resistentes reivindicando e promovendo debates acerca das lacunas ainda existentes para a real efetivação das políticas públicas asseguradas nas leis.

O ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA POTIGUARA

Ao ser indagado sobre o que aprende nas aulas de história e se gosta dos conteúdos estudados na disciplina, um estudante Potiguara, matriculado no 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró, localizada na aldeia Akajutibiró, município de Baía da Traição, na Paraíba, respondeu da seguinte maneira: “Eu aprendo sobre assuntos antigos” (ESTUDANTE A¹², 17 anos). E informou ainda que sim, que gosta muito do que estuda na matéria.

A resposta mencionada foi apresentada pelo referido estudante a um questionário de pesquisa, aplicado pelas pesquisadoras¹³ no primeiro semestre do ano de 2019, contendo 9 questões que podiam ser respondidas por escrito e, também, por meio de desenhos.

Foi com o desenho (Imagem 1) exposto a seguir que o mesmo estudante (ESTUDANTE A) já mencionado na introdução deste texto, respondeu a outra proposição contida no questionário de pesquisa: “Faça um desenho que represente a história da sua comunidade”.

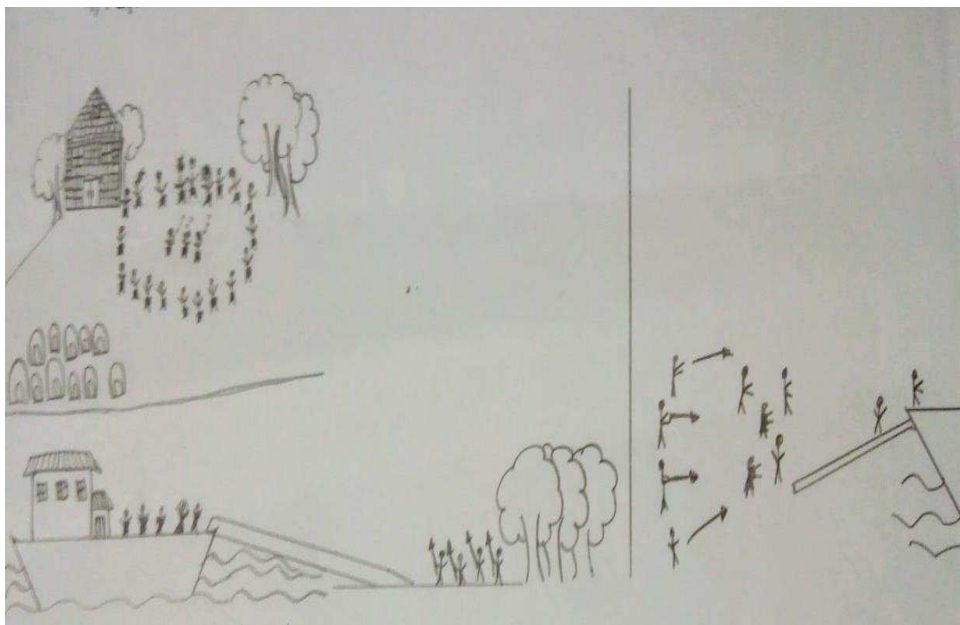
¹² Não serão apresentados os nomes dos estudantes. O mais importante, aqui no caso, é o ano no qual o participante está matriculado e a sua idade. Assim, optou-se por apenas identificar como ESTUDANTE A, B, C e, assim, sucessivamente no decorrer do trabalho.

¹³ O trabalho já passou pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás e já recebeu a aprovação do referido órgão.





Imagem 1 – Desenho sobre a história Potiguara



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pela autora.

Interessante a maneira como o estudante ilustrou aquela que ele conhece como sendo a sua história. Para isso, três cenas são representadas no desenho, mas não é possível informar em qual ordem elas foram ilustradas, nem se fazem parte ou não de uma sequência cronológica que anuncie um processo histórico. Em todo caso, ao analisar os traços, percebe-se que, de um lado, existe um navio a aportar em terras que seriam do litoral nordestino, trazendo europeus com ambiciosa sede de conquista. De outro, estão os indígenas encorajados a enfrentarem o invasor ainda desconhecido.

Em outro momento, na parte superior da imagem, há novamente um conflito, desta vez, simbólico e marcado pelo fator religioso, no qual foi possível identificar uma Igreja Católica¹⁴. Ao lado da instituição religiosa, marca da dominação cristã desde os anos da colonização, o estudante ilustrou uma manifestação do Toré, importante rito indígena dançado em forma de círculo que representa não apenas o momento de

¹⁴ No desenho nota-se a presença de um sino, objetivo símbolo das instituições católicas.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

espiritualidade deles, mas se constitui como símbolo de luta e resistência. O antagonismo observado está exatamente na representação de duas formas tão distintas de expressão da fé presentes naquele cenário: a cristã e a indígena.

Além disso, outro aspecto que chama atenção é o fato do estudante representar as moradias indígenas em formato de ocas, quando as atuais residências dessa região são, em sua maioria, casas de alvenaria. Possivelmente, ele relacionou a palavra história, que aparece no enunciado da questão, com esse tipo de moradia que era comum no passado desses nativos. Ao ser solicitado para que elucidasse o que buscou informar com o desenho desenvolvido, o estudante deu a seguinte resposta:

A igreja representa a aldeia São Miguel, os índios estão reunidos dançando Toré e tem as ocas, as moradias dos índios, e o navio representa os Europeus que vieram e por um tempo habitaram junto com os índios, e mais adiante tem os índios expulsando os europeus. (ESTUDANTE A, 2º ANO)¹⁵.

Após apreciar os traços que compõem o desenho e, também, a resposta redigida pelo estudante, é possível considerar que a história que ele concebe como sendo a do seu povo é marcada pela presença do homem europeu, que ora vivia em harmonia com os nativos; ora era o seu pior inimigo. Muito embora não especifique quem são esses europeus, se portugueses, franceses ou holandeses, a interpretação do aluno não destoava do verdadeiro enredo que marca a trajetória dos Potiguara. Evidentemente que as poucas linhas elaboradas pelo jovem carecem de formulações mais consistentes que deslindem os pormenores acerca dos conflitos e alianças que marcaram a conquista da Paraíba, não obstante, ele tem ciência do contexto geral a respeito do assunto, o que já é bastante relevante.

O jovem estudante pode ter aprendido isso na escola, com sua professora de História, por exemplo. Mas esse conhecimento pode ser resultado, ainda, das narrativas que comumente vão passando de geração em geração, sempre resguardadas pelos mais velhos, prática frequente em muitas comunidades indígenas. Muito provavelmente, tem

¹⁵ No decorrer do trabalho, será mantida a escrita de cada estudante, tal qual consta no questionário respondido, inclusive com os erros gramaticais que possam ter ocorrido.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

um pouco das duas. Contudo, ao ser indagado sobre com quem ele aprendeu a história que hoje ele conta como sendo a do seu povo, a resposta foi: “Aprendi com meus avôs e toda minha família” (ESTUDANTE A, 2º ANO). Isso confirma, de certa forma, a segunda hipótese levantada: a de que não só a escola ensina história a esses estudantes, eles também recebem esse tipo de formação em suas casas, com os familiares mais velhos. Afinal, conforme pondera Paulinho Rikbaktsa, um educador indígena do Mato Grosso: “[...] a primeira educação é na família e com outros parentes. A segunda é da escrita, do aprendizado da escola para complementar” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, 1997, p. 18).

Igualmente, esse desenho evidencia ainda outro aspecto relevante: ao mesmo tempo em que há na imagem um elemento que representa a força dos Potiguara – quando todos eles direcionam suas armas contra o navio que tenta aportar - há também uma demonstração da submissão desses à força da cultura do homem branco, ou seja, a dominação pela fé. Atualmente, esses povos são, em sua maioria, vinculados à Igreja Católica ou Evangélica, o que explica a presença desta primeira instituição na ilustração do aluno. Por outro lado, ele não deixa de demonstrar que, embora a fé cristã se faça presente na vivência deles, a ligação com os ritos ancestrais, como o Toré, ainda se mantém viva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todos os aspectos que envolvem a história dos povos indígenas e seus direitos sobre a sua própria educação, vemos que a passos curtíssimos, se levarmos em conta a indiferença com que eles foram tratados desde a colonização, a ideia de devolver-lhe algo que lhe é próprio aparece, de certo modo, como um alento, se não mesmo esperançoso.

Nesta perspectiva do espaço educacional, cada vez mais jovens indígenas têm ingressado nos diversos espaços e níveis acadêmicos, o que permite não somente uma





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

busca pelas suas próprias origens, mas, principalmente pelo respeito e valorização de sua cultura.

Ao vermos os comentários, respostas e representações feitas pelos alunos das escolas participantes do projeto, sentimos que há por parte desses jovens não apenas a real compreensão de seu papel social, mas de sua própria história no contexto da construção histórica do Brasil. E isto significa, pelo menos a priori, que as mudanças no sistema educacional promovidos pela Constituição de 1988, pela LDB e pelas leis estaduais e municipais têm permitido que as escolas inseridas nos espaços indígenas recuperem as identidades que foram perdidas ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SILVA, Rosa Helena Dias da. **Educação escolar indígena no Brasil: da escola para os índios às escolas indígenas.** *Ágora* (Unisc), v.13, p.124150, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630.** Bauru, SP: Edusc, 2007.

HERCKMANS, Elias. 1886. Descrição geral da Capitania da Parahyba. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, tomo V, n. 31, p. 239-288. Recife: Typographia Industrial. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:herckman-1886-parahyba> Acesso em: 15 fev. 2019.

HISTÓRIA DA CONQUISTA DA PARAÍBA. 2ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

MOONEN, Frans. **Os índios Potiguara da Paraíba.** 2ª ed. Recife, 2008.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PERRONE-MOISÈS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1ª - ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

